



OS LIVROS DIDÁTICOS DE FILOSOFIA DO PNLD 2018: UMA ANÁLISE DO NÃO LUGAR DA FILOSOFIA AFRICANA.

Yasmin Lira da Silva¹, Luciano da Silva²

RESUMO

A pesquisa em questão realiza uma análise acerca da presença de elementos afroepespectivistas nos livros didáticos de filosofia do PNLD 2018, conforme a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no currículo da rede de ensino pública, determinada pela lei 10.639/2003. Nesse contexto, busca identificar como o racismo estrutural auxilia no processo de perpetuação da filosofia europeia enquanto modelo universal. A metodologia adotada refere-se a abordagem qualitativa fenomenológica. O referencial teórico articula os conceitos de racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) e alteridade (DUSSEL, 1993). Os resultados da pesquisa apontam que apenas um entre os oito livros didáticos de filosofia do PNLD 2018 refere-se, de modo sucinto, à filosofia africana. Como conclusão, constata-se o não lugar da produção filosófica africana nos referidos livros e a reprodução dessa ausência no ensino de filosofia no ensino médio, que se caracteriza como essencialmente eurocêntrico.

Palavras-chave: Filosofia, Ensino, Livros didáticos, Racismo estrutural.

¹Aluna do Curso de História, Unidade Acadêmica de História, Centro de Humanidades, UFPA, Campina Grande, PB, e-mail: uado29@outlook.pt

² Doutor, Professor de filosofia, UACS/CH, UFPA, Campina Grande, PB, e-mail: lucianojpb@gmail.com

***THE 2018 NTP PHILOSOPHY TEACHBOOKS: AN ANALYSIS OF THE
NON-PLACE OF AFRICAN PHILOSOPHY.***

ABSTRACT

The research in question conducts an analysis of the presence of Afro-pespectivist elements in the National Textbook Program - NTP 2018 philosophy textbooks, according to the inclusion of the theme "Afro-Brazilian and African History and Culture" in the curriculum of the public education network, determined by law 10.639/2003. In this context, it seeks to identify how structural racism contributes in the process of perpetuating European philosophy as a universal model. The adopted methodology refers to the phenomenological qualitative approach. The theoretical framework articulates the concepts of structural racism (ALMEIDA, 2018) and otherness (DUSSEL, 1993). The research results indicate that only one among the eight philosophy textbooks of the NTP 2018 refers, in a succinct way, to African philosophy. As a conclusion, it is verified the non-place of African philosophical production in the referred books and the reproduction of this absence in the teaching of philosophy in high school, which is characterized as essentially Eurocentric.

Keywords: Philosophy, Teaching, Textbooks, Structural racism.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma relação extremamente íntima com o continente africano desde a primeira metade do século XVI, quando se iniciou o processo de escravização e seus consequentes. Nesse contexto, ocorreram diversas trocas culturais que se manifestam até hoje, como podemos observar na música, na culinária, na língua, nas crenças e afins. Atrelado a essas heranças do passado colonial, o Brasil é o segundo país com a maior população de origem africana fora da África, correspondendo a quarenta e cinco por cento de sua população total, segundo dados do IBGE de 2002. Contudo, apesar desse abundante conteúdo afro se apresentar cotidianamente, não é possível constatar essa abordagem no ensino brasileiro, sobretudo no que se refere aos livros didáticos de filosofia do Programa Nacional do Livro Didático 2018.

É plausível evidenciar o cenário eurocêntrico no qual se define a filosofia tradicional, uma vez que supõe-se que a filosofia originou-se exclusivamente na Grécia Antiga e, portanto, as produções europeias são apontadas como o modelo universal, desconsiderando qualquer perspectiva filosófica que não obedeça aos seus critérios. A filosofia africana, que não se enquadra na padronização supracitada, não possui lugar nesse discurso, o que reflete em sua ausência na prática pedagógica brasileira e mais precisamente nos referidos livros didáticos, objeto de análise desse projeto.

Ante esse contexto, a questão que norteará a presente pesquisa é a seguinte: qual o lugar que a filosofia africana ocupa no ensino de filosofia no ensino médio brasileiro, mais precisamente nos livros didáticos de filosofia do PNLD 2018? Esta questão demanda uma maior exploração dessa temática, visto que a mesma representa um papel importante no processo de rompimento com a perpetuação da colonização europeia sobre o pensamento dos povos de outros continentes. Ainda, a análise dos livros didáticos proporciona uma compreensão mais precisa dessa não abordagem e de como o racismo estrutural se manifesta através das instituições. Posto isso, temos como objetivo geral analisar a ausência da filosofia africana nos livros didáticos de filosofia do PNLD 2018, buscando ainda, identificar como o racismo estrutural se manifesta através das instituições e como ele se reflete no ensino de filosofia no ensino médio no Brasil, compreender a padronização europeia

da filosofia tradicional e como esse eurocentrismo exclui as produções filosóficas do continente africano, além de especificar o não lugar da produção filosófica africana nos livros didáticos de filosofia.

MATERIAIS E MÉTODOS (OU METODOLOGIA)

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir dos livros didáticos de filosofia do PNLD 2018 e de textos sobre racismo estrutural. Buscamos realizar uma abordagem qualitativa, uma vez que, esta se ocupa de um aspecto da realidade não quantificável e possibilita o desenvolvimento de diferentes práticas como estudo de caso, realização de etnografias, interacionismo simbólico, pesquisa fenomenológica, construtivista e observação participante (MINAYO, 1994). Desse modo, nossa metodologia refere-se à abordagem qualitativa fenomenológica, considerando que esta possibilita o trabalho “[...] com sentidos e significados que não se dão em si, mas que vão se constituindo e se mostrando em diferentes modos, de acordo com a perspectiva do olhar e na temporalidade histórica de suas durações e respectivas expressões mediadas pela linguagem por ela transportadas [...]” (BICUDO, 2011, p. 41). É um desafio que se coloca a partir da formulação da questão problema proposta à presente pesquisa, que demanda “[...] escrever e modificar o escrito nova e novamente, por um espaço temporal não passível de mensuração” (BICUDO, 2011, p. 42), sendo necessário compreender o que o problema de pesquisa quer abranger.

Através da leitura fenomenológica, buscamos desconstruir verdades estabelecidas e apresentar novas perspectivas para o fenômeno estudado, ou seja, o método fenomenológico nos permitiu compreender eideticamente o fenômeno estudado e alcançar um modo de entendimento diferente do que estava posto (MARTINS e BICUDO, 1994). Assim, compreendemos que essência (*eidós*) não significa o fim almejado pela pesquisa qualitativa fenomenológica, mas o meio pelo qual é possível desvelar as relações que envolvem o fenômeno estudado. No caso da presente pesquisa, este fenômeno vem a ser o racismo estrutural presente nos livros didáticos de filosofia do PNLD 2018.

DESENVOLVIMENTO

A construção da modernidade europeia

A obra *1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*, de Enrique Dussel (1993), foi de grande contribuição à discussão abordada nestes resultados parciais. Nela, o autor busca discorrer sobre a origem da modernidade, analisando o contexto do seu surgimento e apontando as perspectivas decorrentes desse cenário. A princípio, Dussel (1993) estabelece que o conceito de modernidade surge no ano de 1492 nas cidades europeias, porém, enquanto fenômeno a modernidade nasce no momento em que a Europa pode se confrontar com o “não europeu”, podendo moldá-lo e se auto definir como o centro conquistador. Nesse sentido, o autor se opõe ao pensamento comum entre alguns autores de que a modernidade consiste exclusivamente num fenômeno europeu, visto que esta só se define como “centro” em relação ao “outro”, sendo este outro, portanto, indispensável na sua construção.

Dussel (1993) ressalta a o papel da Espanha ao fim do século XV no processo de desenvolvimento da modernidade, apontando-a como pioneira na constituição do “outro”, o que define a América Latina como a primeira “periferia” na história da modernidade. Também se debruça sobre o eurocentrismo e a consequente “falácia desenvolvimentista”, apontando as concepções de alguns autores, como Kant, filósofo alemão que afirmava o estado de “imaturidade” das civilizações “não europeias”, sendo elas responsáveis por sua ignorância. De acordo com Dussel (1993, p. 17):

Para Kant a “imaturidade” ou “minoridade” é culpada. A “preguiça” e a “covardia” constituem o *ethos* desta posição existencial. Hoje devemos fazer a Kant esta pergunta: um africano na África ou como escravo nos Estados Unidos no século XVIII, um indígena no México ou um mestiço latino-americano depois, devem ser considerados nesse estado de imaturidade culpável?

De acordo com Dussel (1993), Hegel se refere a Europa como o máximo do desenvolvimento da história, sendo a Ásia apenas um elemento introdutório, representando um estado de imaturidade, a América Latina inferiorizada devido ao seu “grau” de civilização e a África um continente irracional e bruto.

Na ontologia hegeliana o conceito de “desenvolvimento” tem um papel central. É ele que determina o movimento do próprio “Conceito” até culminar na “Ideia” (desde o Ser indeterminado até o Saber Absoluto da *Lógica*). O “desenvolvimento” é dialeticamente linear; é uma categoria primeiramente ontológica (hoje sociológica, mas queremos retornar a sua origem filosófica propriamente dita), mais ainda no caso da história mundial (DUSSEL, 1993, p. 18).

Dessa forma, Dussel (1993) demonstra novamente o “mito da inferioridade”, segundo o qual Hegel julga que as demais culturas nada têm a contribuir com a Europa cristã moderna.

Sob outras percepções

Wanderson Flor do Nascimento (2020), ao abordar inicialmente a consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino, considera necessário retomar a discussão sobre o artigo 26-A da lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), que determina a introdução dos pensamentos africanos, afrobrasileiros e indígenas no currículo do ensino fundamental e médio. Este artigo é fundamental para inserção desses saberes no ensino de filosofia no ensino médio brasileiro e para a compreensão de algumas sociedades tradicionais africanas que podem ser desenvolvidas na prática pedagógica.

É notório que há uma padronização da filosofia a partir das produções europeias, de forma que as demais (africanas, latino americanas, asiáticas) são minimizadas, estereotipadas e/ou exotizadas. Considerando esse cenário, é necessário compreender o contexto colonial em que essas filosofias são erroneamente apresentadas e de iniciar o processo de descolonização através de uma reconstrução identitária, que seria “reconhecer o apagamento das presenças africanas no seio de nossa identidade brasileira” (NASCIMENTO, 2020, p. 26).

Dessa forma, o autor se direciona a explicar a formação conforme as percepções de algumas sociedades tradicionais africanas, as quais apontam a relação entre a comunidade e o indivíduo como o seu princípio fundamental, uma vez que as mesmas consideram que há uma interligação indispensável entre todas as coisas que as mantêm conectadas e em harmonia. De acordo com Nascimento

(2020, p. 41): “há uma radical contiguidade entre o que seja a comunidade e o que seja o indivíduo-sujeito-pessoa: não há pessoas sem comunidade e não há comunidade sem pessoas”.

Nessas sociedades a abordagem ancestral é muito importante na formação, ela é responsável por atribuir sentido ao passado e também ao presente, tendo a criança, que possui em si “a potência da memória ancestral, que deverá ser atualizada em sua formação” (NASCIMENTO, 2020, .41) como sua mensageira. Esse processo formativo não se restringe ao caráter epistêmico, se estendendo ao âmbito moral e político, sendo esse iniciado justamente na infância e orientado por toda a comunidade, visto que nessas sociedades as crianças são de responsabilidade coletiva, o que rompe com a ideia de propriedade.

Posto isso, Nascimento recorre à nietzscheana “Das três metamorfoses” sobre “como o espírito se torna camelo e o camelo, leão e o leão, por fim, criança” (NIETZSCHE, 2011, p. 51). Nesta relação, o camelo, o leão e a criança representam o espírito e sua relação com os valores do mundo. Nesta metáfora, o camelo representa o espírito aprisionado, resistente, enquanto o leão simboliza o “guerreiro insurgente” (NASCIMENTO, 2020, p. 54) que ao encontrar com o camelo nega-se a tal subordinação, criando a possibilidade de um recomeço. Assim, a criança seria a expressão dessa liberdade, rompendo com um passado ressentido. Nascimento (2020) contrasta a criança nietzschiana, que representa o começo ao abandonar o passado, com a criança africana retratada nessas sociedades supracitadas, uma vez que estas últimas são dotadas de memória e representam uma continuidade, e não um começo.

A necessidade de autoafirmação

Outra reflexão que contribui para a compreensão do não lugar da cultura africana nos livros didáticos de filosofia do PNLD 2018 é a obra *O que é lugar de fala?* (2017) de Djamila Ribeiro, na qual busca previamente abordar o contexto histórico das mulheres negras nas práticas feministas e do processo de inserção destas na categoria mulher, uma vez que o feminismo hegemônico não as representa. A autora destaca a importância do discurso proferido pela abolicionista afro-americana Sojourner Truth, denominado “*E não sou eu uma mulher?*”,

apontando o debate acerca das representações feministas excludentes e da consequente ausência de visibilidade às produções feministas negras.

Num segundo momento, a autora analisa a existência de um olhar “colonizador” acerca dos corpos, saberes e produções das mulheres, apontando que as mesmas são pensadas sempre em comparação com o homem, e não a partir de si mesmas. Ribeiro (2017, p. 10) fundamenta sua explicação introduzindo a concepção de “categoria do outro”, termo proposto por Simone de Beauvoir para demonstrar que “a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do homem”, a partir do qual explica como essa posição segrega a mulher ao estado de submissão e maior vulnerabilidade, visto que é inferiorizada pelo olhar do homem. Nesse contexto, também aponta a necessidade do diálogo entre essa consciência do outro e a concepção da escritora Grada Kilomba sobre “o outro do outro”, que afirma que a mulher negra não possui espaço na discussão sobre racismo, resumindo a pessoa negra ao homem negro. Nem mesmo na discussão sobre gênero a mulher negra encontra espaço, uma vez que em tais discussões as mulheres brancas ocupam a posição de sujeito. Assim, a mulher negra sofre uma maior vulnerabilidade social, ocupando “[...] uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade” (RIBEIRO, 2017, p. 12).

A pensadora brasileira também discorre sobre a necessidade de autodefinição das mulheres negras segundo a perspectiva de Patrícia Hill Collins, que pontua essa autodefinição como forma de valorização do próprio ponto de vista e de resistência quanto a objetificação advinda dos homens brancos. Ademais, a mulher negra ocupar o lugar de “forasteira de dentro” no movimento feminista, pois, ainda que seja feminista, possui menos espaço, poder e visibilidade que a mulher branca, o que reforça a necessidade dessa autodefinição como forma de refletir acerca de diferentes perspectivas.

De acordo com Ribeiro (2017), Collins aponta que pontos de vistas não consistem em experiências individuais, mas as experiências compartilhadas por grupos que possuem as mesmas condições sociais, as quais possibilitam ou não que essas pessoas tenham acesso a lugares de cidadania. É necessário perceber as “intersecções das desigualdades”, uma vez que a mulher pode ocupar mais um lugar de subalterno, dependendo da sua localização social, sendo esses: gênero,

raça e classe. Ribeiro (2017) fundamenta a abordagem de lugar de fala a partir da teoria supracitada ao apontar as reivindicações de diferentes pontos de vistas e a marcação do lugar de fala de quem às sugere como elementos fundamentais para a análise de realidades desconsideradas dentro do feminismo hegemônico.

Ribeiro (2017) também lembra a perspectiva da administradora brasileira Luiza Barros, retomando a intersecção entre gênero, raça e diferentes formas de "experienciar opressões" e conclui que todo mundo possui lugar de fala, sendo este referente a localização social da pessoa, e destaca a importância de que grupos com ocupações privilegiadas reconheçam sua localização, se responsabilizem e se comprometam com as demais realidades.

Uma abordagem estrutural

Sobre o aspecto histórico e cultural do conceito de raça, Almeida (2017) chama a atenção para o fato de que o termo sempre foi usado para distinguir animais e plantas, vindo a ser usado para categorizar seres humanos apenas no século XVI, com o advento da modernidade, e pontua como a expansão comercial da burguesia e da cultura renascentista contribuíram para a construção do Europeu como homem universal que, atrelado aos mecanismos de comparação do iluminismo, fomentou a distinção entre o selvagem e o civilizado. Essa construção desencadeou o processo de colonização, visto que os civilizados buscam universalizar sua concepção de liberdade, impondo-a aos "primitivos".

A respeito da construção do termo raça, Almeida (2017) enfatiza que é preciso destacar como o positivismo do século XIX atribuiu um caráter científico aos questionamentos sobre as diferenças humanas, desencadeando o surgimento do determinismo geográfico e biológico, os quais buscavam explicar as divergências morais, psicológicas e intelectuais entre as raças distintas, de forma que o clima tropical e a pele não branca levariam a "comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de pouca inteligência" (ALMEIDA, 2017, p. 23). A biologia e a física eram utilizadas como base para a explicação das diversidades humanas, fundamentando a narrativa da "inferioridade", justificando o neocolonialismo responsável pela divisão do continente africano. Ante esse contexto, Almeida (2017) infere que o conceito de raça não está unicamente atrelado a características

biológicas, mas também a aspectos étnico-culturais, vindo a se debruçar sobre a diferença entre racismo, preconceito e discriminação. O preconceito é “o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2017, p. 26), ou seja, ao declararmos que todas as pessoas negras sabem dançar, estamos generalizando essa afirmação a um determinado grupo com base em estereótipos. Este juízo não desencadeia uma alteração no tratamento dos indivíduos, não resultando em práticas discriminatórias, visto que a discriminação é justamente a atividade de atribuir tratamento diferenciado a um grupo “racialmente identificado”.

Para Almeida (2017), a discriminação pode ser direta ou indireta. O primeiro caso ocorre quando há a intenção de alterar o tratamento dirigido a um determinado grupo, enquanto o segundo caso ocorre quando não existe essa intenção, mas ainda assim desencadeia o tratamento diferenciado. Nesse sentido, a discriminação poder ser positiva ou negativa, o que Almeida (2017) exemplifica a partir do sistema de cotas raciais, pois esse processo permite uma maior acessibilidade aos integrantes de um grupo historicamente inferiorizados, consistindo assim, numa discriminação positiva. O processo de discriminação requer um poder que permita atribuir vantagens ou desvantagens ao grupo A ou B, alterando as condições sociais dos mesmos. Dessa forma, o racismo se materializa como discriminação racial, evidenciando seu caráter sistêmico.

Ante esse contexto, Almeida (2017) considera que o racismo apresenta diversas concepções: a) A concepção individualista, segundo o autor, trata o racismo como uma patologia, ética ou psicológica, que pode ser revertida através do processo de conscientização. Esta concepção desconsidera o caráter sistêmico, pois reduz o racismo a uma questão individual; b) A concepção institucional, ao contrário da primeira, não resume o racismo a comportamentos individuais, mas sim como o resultante do funcionamento das instituições, uma vez que estas possuem o poder de elaborar regras que orientam as ações dos demais indivíduos. Nesse sentido, os indivíduos que compõem essas instituições utilizam-nas para promover seus próprios interesses e, considerando que essas instituições são

majoritariamente ocupadas por pessoas brancas, esses interesses promovidos serão os que lhes convém.

Embora Almeida (2017) reconheça que essa concepção institucional tenha superado o âmbito da ação individual, ressalta que as instituições apenas reproduzem a ordem social, isto é, funcionam de forma racista porque estão inseridas numa estrutura racista, e conclui que o racismo é um processo estrutural e, por isso, as instituições que não consideram a problemática da desigualdade racial em suas ações, estarão agindo conforme o “normal” e conseqüentemente reproduzindo práticas racistas. De acordo com Almeida (2017), a importância da representatividade, enquanto mecanismo contra a supremacia branca, encontra-se no fato de que não basta haver pessoas negras em espaços de poder, é preciso que essas estejam comprometidas com a causa e possam desenvolver projetos que alterem a condição socioeconômica do seu grupo.

O livro didático

Dentre os nove livros didáticos de filosofia disponibilizados pelo PNLD apenas um apresenta conteúdo filosófico africano em um de seus capítulos. O livro em questão, intitulado *Reflexões: Filosofia e cotidiano* (2016), de autoria de José Antonio Vasconcelos, do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e tem seu conteúdo organizado em quatro unidades temáticas: “A Filosofia, seu passado e seu presente”; “Até onde a inteligência alcança?”; “A ação humana no mundo”; “Para além do eurocentrismo”. É justamente nessa última unidade que se encontra o capítulo 16, intitulado “As filosofias africanas e afrodescendentes”.

O capítulo inicia-se com o poema “Sou Negro”, de Solano Trindade, para introduzir o conceito de negritude e o que ele representa, abordado como “um movimento literário e cultural de reconhecimento e valorização da identidade negra africana e afrodescendente” (VASCONCELOS, p. 362). Em seguida, no tópico *Filosofia e Africanidade*, o autor se debruça sobre a possibilidade de existir uma filosofia africana como sendo uma das questões mais controversas presente no estudo das filosofias africanas. Nesse sentido, apresenta a distinção entre a região norte e a região sul (referente a África subsaariana) do continente africano, ressaltando que a primeira possui fortes vínculos com a cultura ocidental devido ao

contato com a Grécia Antiga e sua filosofia, enquanto a segunda não teria desenvolvido esse "intercâmbio filosófico" com o pensamento europeu em função do contato tardio com o ocidente. Desse modo, Vasconcelos (2016) conclui que os filósofos do norte da África se assemelham mais com a filosofia ocidental ou oriental e a filosofia da região sul está atrelada ao processo de descolonização e movimentos de culturais de povos negros, como a diáspora negra, a negritude e o pan-africanismo.

Num segundo momento, são abordadas quatro vertentes referentes à filosofia africana, que o autor pontua como sendo as principais. A primeira corrente apontada é a etnofilosofia, que atribui a especificidade do pensamento afro em relação ao europeu a partir do diálogo que o primeiro estabelece com a sabedoria popular presente em sociedades tribais. A segunda versão ideológica apresentada é a sagacidade filosófica, que afirma que o pensamento africano pode ser identificado através de seus representantes, como Nkrumah e Senghor, os quais seriam "símbolos das luzes intelectuais das culturas africanas modernas" (VASCONCELOS, p.367). A terceira corrente é a filosofia profissional, que utiliza conceitos e métodos de análise conforme o modelo europeu no processo de reflexão acerca dos aspectos presentes na realidade. A última vertente abordada no capítulo é a filosofia ideológica nacionalista, que tem como característica comum dos seus representantes o desejo de construir uma ideologia política emancipatória africana. Nesse contexto, o capítulo expõe brevemente, em colunas no decorrer das páginas, alguns representantes do pensamento filosófico africano, como Lewis Ricardo Gordon, Amílcar Lopes Cabral e Henrique Antunes Cunha Júnior.

Ademais, Vasconcelos (2016) destaca a diversidade de perspectivas africanas, considerando a quantidade de grupos distintos presentes na África subsaariana, com língua, valores e culturas próprias, além das representações de afrodescendentes em outros locais. O capítulo com uma apresentação do termo *ubuntu*, utilizado em algumas sociedades de língua banto, para contrapor o conceito de força vital ao conceito de ser presente na filosofia tradicional. Dessa forma, o autor explica que o termo *ubuntu* refere-se ao vínculo entre o sujeito e a comunidade, de modo que todos os elementos encontram-se em conexão, não existindo individualmente. Ante este contexto, Vasconcelos (2016) esclarece que a

comercialização da cultura negra, como resultado da estratégia do mercado capitalista, evidencia a importância de desenvolver um pensamento consciente dessa relação e romper com o estereótipo do primitivismo.

DISCUSSÕES

A partir das obras analisadas e do mapeamento dos livros didáticos de filosofia do PNLD 2018 é possível perceber o não lugar atribuído à produção filosófica africana, considerando que dentre os nove livros adotados pelo Ministério da Educação (MEC), apenas um aborda este assunto. Ainda, é preciso ressaltar que esta obra dedica apenas um de seus capítulos à temática africana, o qual contém em sua totalidade apenas treze páginas, sendo um dos menores capítulos do livro. Portanto, apesar da inquestionável relação entre o continente africano e o território brasileiro, também já explicitada nesta pesquisa, o conteúdo encontra-se meramente na quarta e última unidade do livro, circunstância que em muito revela a importância dirigida a esses saberes.

Outra observação fundamental para a análise aqui realizada é a denominação da unidade na qual o capítulo supracitado está inserido, visto que o título “Para além do eurocentrismo” sugere que os saberes africanos só são pensados quando postos em relação com a filosofia ocidental, condição que contribui para reforçar o olhar colonizador que se perpetua sobre a filosofia africana e as demais que não atuam conforme o padrão reproduzido pela filosofia tradicional. Além desse estereótipo de que a filosofia africana precisa representar uma alternativa a filosofia europeia, presente na denominação da unidade, o conteúdo abordado por Vasconcelos (2016) reafirma essa condição, uma vez que o capítulo inicia-se apresentando a problemática que envolve a existência ou não de uma filosofia africana e dedica-se na maioria das páginas a apontar, de modo rápido e vago, até mesmo pela pouca quantidade de espaço, as tipologias atribuídas às principais correntes filosóficas africanas, sem especificar de modo preciso nenhuma destas.

Pontua-se ainda que a modesta abordagem de Vasconcelos (2016) a respeito da filosofia africana não menciona em nenhum momento produções filosóficas de mulheres africanas, apresentando somente homens como referenciais teóricos. Contudo, essa ausência de visibilidade destinada às mulheres não é uma

exclusividade do livro didático em questão, considerando o cenário extremamente misógino presente na filosofia tradicional. Sobre essa reflexão, a obra *Mulher & Filosofia: as relações de gênero no pensamento filosófico* (2015), reúne nove textos de pesquisadoras que discorrem a respeito das relações de gênero estabelecidas dentro do campo filosófico, sendo de grande contribuição para compreendermos essa temática. Ainda sobre essa não visibilidade, um dos textos abordados na obra supracitada apresenta como o posicionamento da maioria dos filósofos em relação às mulheres colaborou para essa carência feminina na filosofia:

Os discursos dos filósofos influenciaram diretamente o posicionamento das mulheres na filosofia, deixando-as nas margens e no ocultamento. Ainda hoje podemos encontrar as consequências de tais discursos quando não encontramos a figura feminina associada ao campo do saber filosófico. A imagem da mulher foi e continua sendo moldada negativamente [...] (PACHECO, 2015, p.17)

O texto aponta como Hegel, que considerava a mente feminina como incapaz ou inadequada para as ciências mais elevadas, e Kant, ao defender uma menor racionalidade feminina, foram fundamentais para a moldagem do campo filosófico como um universo exclusivamente masculino, uma vez que, suas concepções influenciaram diretamente a posição social e a credibilidade atribuída às mulheres, segregando-as aos espaços domésticos. Entretanto, embora num cenário assustadoramente hostil, percebe-se que muitas mulheres, ao longo da história, contribuíram para a história da filosofia, como defende Juliana Pacheco (2015):

Desde a Antiguidade já havia uma significativa presença feminina no “mundo do pensar”. Themistoclea (600 a. C.) foi uma filósofa matemática e sacerdotisa do templo de Delfos. Considerada mestre do filósofo Pitágoras. A poetisa Safo de Lesbos (VII-VI a. C.), lidava diretamente com as artes poéticas e musicais, criou um ambiente para que as mulheres pudessem desenvolver suas habilidades artísticas (PACHECO, 2015, p. 25)

A ausência de mulheres na filosofia não é somente um problema quantitativo, embora tenham sofrido as diversas limitações históricas que impossibilitaram a presença do gênero feminino em espaços não domésticos, é o resultado de toda a construção social acerca dessas filósofas e principalmente do descrédito e o

apagamento que ainda hoje são atribuídos a essas produções. Nesse contexto, é previsto que as filósofas africanas estejam sujeitas a menor visibilidade em relação às demais, uma vez que as mulheres negras encontram-se duplamente silenciadas, o que nos direciona para a problemática referente à classificação da mulher negra como o outro do outro.

CONCLUSÃO

A partir das circunstâncias nas quais se encontra a filosofia africana podemos constatar que o não lugar da filosofia africana é fomentado e sustentado pelo racismo estrutural, como pode ser observado nos livros didáticos de filosofia do PNLD 2018, responsável pela avaliação e distribuição do livro didático no Brasil, assim como o não lugar delegado as filósofas, resultante da composição do campo filosófico enquanto um ambiente predominantemente masculino. Nota-se que a reversão dessa conjuntura é um processo de desconstrução, tanto social quanto econômica, sendo necessária uma reconfiguração tanto da composição como do comportamento das instituições. Também é preciso romper com a normalização desta ausência da presença africana no âmbito epistêmico, pois como testemunhamos, tal carência não corresponde a um déficit quantitativo ou qualitativo, mas sim ao quase nenhum acesso destinado a essas contribuições.

O presente artigo buscou demonstrar a necessidade de uma maior exploração da temática, sobretudo nos espaços acadêmicos, considerando que, embora ultimamente uma pequena parcela tenha manifestado interesse por abordagens que fogem a ótica eurocêntrica, esses ambientes são os grandes responsáveis pela reprodução da filosofia tradicional, contribuindo para a perpetuação do campo filosófico enquanto um espaço segregacionista. Nesse contexto, este estudo também buscou responder outra questão que precisa ser considerada dentro do discurso filosófico, a saber: onde estão e por que não conhecemos as filósofas africanas, uma vez que elas sempre existiram?

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, através do PIVIC/UFCG.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

BICUDO, M. A. V. A pesquisa qualitativa fenomenológica: interrogação, descrição e modalidades de análise. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (Org.). **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa por amostra de domicílio**, 2002. População. IBGE, 2002. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 09/07/2020

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro**: a origem do “mito da modernidade”: Conferências de Frankfurt. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. 2ª ed. São Paulo: Editora Moraes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In. DESLANDES, Sueli Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. **Entre apostas e heranças**: Contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil/Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: NEFI, 2020 – (Coleção Ensaios; 6).

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. 19ª ed. Tradução de Mário da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é**: lugar de fala? Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017.

PACHECO, Juliana. Onde estão as filósofas? In. PACHECO, Juliana (Org.). **Mulher e filosofia**: as relações de gênero no pensamento filosófico. [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.

Programa Nacional do Livro Didático - 2018

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 6ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à filosofia**. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2013.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

FIGUEIREDO, Vinicius de (Org.); REPA, Luiz; CUTER, João Vergílio; BOLZANI FILHO, Roberto; VALENTIM, Marco; NETO, Paulo Vieira. **Filosofia: temas e percursos**. 2ª ed. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, 2016.

GALLO, Sílvio. **Filosofia: experiência do pensamento**. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2013.

MELANI, Ricardo. **Diálogo: primeiros estudos em filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SAVIAN FILHO, Juvenal. **Filosofia e filosofias: existência e sentido**. São Paulo: Autêntica, 2016.

VASCONCELOS, José Antonio. **Reflexões: filosofia e cotidiano**. Água Branca, SP: SM, 2016.